



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AO SENHOR LUIS PARÍS CHAVERRI
NOVO EMBAIXADOR DA COSTA RICA
JUNTO DA SANTA SÉ POR OCASIÃO
DA APRESENTAÇÃO DAS CARTAS CREDENCIAIS***

Sábado, 10 de Fevereiro de 2007

Senhor Embaixador!

1. É-me grato recebê-lo nesta audiência durante a qual me apresenta as Cartas Credenciais que o acreditam como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Costa Rica junto da Santa Sé, e agradeço-lhe sinceramente as amáveis palavras que me dirigiu neste solene acto com o qual inicia a missão que o seu Governo lhe confiou. Peço-lhe que faça chegar a minha deferente saudação ao Senhor Presidente da República, Dr. Óscar Arias, correspondendo ao que Vossa Excelência me transmitiu, e com o qual expressa a proximidade e o afecto do povo costarriquenho ao Sucessor de Pedro.

2. A Costa Rica tem uma forte marca religiosa, que reflecte a fé do seu povo depois de mais de cinco séculos do início da evangelização. Neste sentido, a Igreja Católica, fiel à sua missão de levar a mensagem de salvação a todos os povos, e de acordo com a sua doutrina social, procura favorecer o progresso integral do ser humano e a defesa da sua dignidade, contribuindo para a consolidação dos valores fundamentais para que a sociedade possa gozar de estabilidade e harmonia, de acordo com a sua grande aspiração a viver em paz, liberdade e democracia.

As diversas comunidades eclesiais, movidas pelo desejo de manter viva a mensagem evangélica, cooperam em campos muito importantes, como o ensino, a assistência aos mais desfavorecidos, os serviços no campo da saúde, e a promoção da pessoa na sua condição de cidadão e filho de Deus. Por isso, os Bispos da Costa Rica olham com atenção e preocupação para as circunstâncias sociais que o País vive, como o crescente nível de pobreza, a insegurança pública e a violência familiar, juntamente com uma forte imigração de países vizinhos. Perante situações

por vezes conflituosas e para defender o bem comum, oferecem a sua colaboração com iniciativas que favorecem o entendimento e a conciliação, e levam à promoção da justiça e à solidariedade, fomentando quando é necessário o diálogo nacional entre os responsáveis da vida pública.

Por outro lado, e como Sua Excelência ressaltou, este diálogo deve excluir qualquer forma de violência nas suas diversas expressões e ajudar a construir um futuro mais humano com a colaboração de todos. A este respeito, é oportuno recordar que as mensagens sociais não se alcançam aplicando unicamente medidas técnicas necessárias, mas promovendo também reformas que tenham presente uma consideração ética da pessoa, da família e da sociedade. Por isso, devem cultivar-se os valores morais como a honestidade, a austeridade e a responsabilidade pelo bem comum. Deste modo poder-se-á evitar o egoísmo pessoal e colectivo, assim como a corrupção em todos os ambientes, que impedem qualquer progresso.

3. Sabemos bem que o futuro de uma Nação se deve basear na paz, fruto da justiça (cf. *St 3, 18*), construindo um tipo de sociedade que, começando pelos responsáveis da vida política, parlamentar, administrativa e judicial, favoreça a concórdia, a harmonia e o respeito da pessoa, assim como a defesa dos seus direitos fundamentais. Neste sentido, são dignas de louvor as iniciativas que o Governo da Costa Rica realizou no âmbito internacional para promover no mundo a paz e os direitos humanos, assim como a tradicional proximidade com as posições mantidas pela Santa Sé em diversos foros internacionais sobre questões tão importantes como a defesa da vida humana e a promoção do matrimónio e da família.

Todos os costa-riquenhos, com as qualidades que os distinguem, devem ser protagonistas e artífices do progresso do País, cooperando para a estabilidade política que permita a todos participar na vida pública. Cada um, segundo a sua capacidade e possibilidades pessoais, é chamado a dar a própria contribuição para o bem da Pátria, baseado numa ordem social mais justa e participativa. Para esta finalidade, os ensinamentos morais da Igreja oferecem valores e orientações que, se forem tomados em consideração especialmente por quantos trabalham ao serviço da Nação, são de grande ajuda para enfrentar de modo adequado as necessidades e aspirações dos cidadãos.

O doloroso e vasto problema da pobreza, com graves consequências no campo da educação, da saúde e da habitação, é um desafio urgente para os governantes e responsáveis da administração pública em relação ao futuro da Nação. É necessária uma retomada de consciência mais profunda que permita enfrentar decididamente a actual situação em todas as suas dimensões, cooperando assim para um verdadeiro compromisso pelo bem de todos. Assim como noutras partes, os pobres carecem dos bens primários e não encontram os meios indispensáveis que permitem a sua promoção e progresso integral. Isto prejudica, sobretudo, os imigrados em busca de melhor nível de vida. Perante esta situação, a Igreja, à luz da sua doutrina social, procura estimular e favorecer iniciativas orientadas para superar situações de

marginalização em que se encontram tantos irmãos necessitados, pois a preocupação pelo social também faz parte da sua acção evangelizadora (cf. *Sollicitudo rei socialis*, 41).

4. Senhor Embaixador, antes de concluir este encontro desejo expressar-lhe os meus melhores votos para que a missão que hoje inicia seja fecunda em frutos e êxitos. Peço-lhe, de novo, que se faça intérprete dos meus sentimentos e esperanças junto do Senhor Presidente da República e demais Autoridades do seu País, enquanto invoco a bênção de Deus e a protecção da sua Padroeira, Nossa Senhora dos Anjos, para Vossa Excelência, a distinta família e colaboradores, e para todos os amadíssimos filhos e filhas da Costa Rica.

**L'Osservatore Romano* n. 7 pp. 14, 15.

© Copyright 2007 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana